

INTERPRETAÇÃO DAS REDES CONFORMADORAS DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA COLÔNIA DO PAIOL, BIAS FORTES/MG

Bárbara Fernandes Moreira¹

Resumo

O presente artigo procura analisar as possibilidades de formação de redes que possibilitem uma (re)organização da comunidade quilombola Colônia do Paiol - situada em Bias Fortes, na Zona da Mata Mineira - com geração de renda e melhoria da qualidade de vida local, por meio de suas manifestações culturais enquanto um patrimônio imaterial da comunidade. Para a elaboração deste estudo realizamos trabalhos de campo com observação participante, buscando mesclar nossas ações e percepções às revisões bibliográficas, a fim de construir uma pesquisa-ação. Por meio das metodologias aplicadas tivemos contato com as principais manifestações culturais da comunidade e pudemos colher relatos orais, que permeiam suas histórias, estórias, seus sonhos e demandas. Além disto, conseguimos compreender os processos de construção e participação de redes em que o Paiol está imerso, na busca por um contínuo processo de emancipação.

Palavras-chave: Quilombolas, Territórios, redes.

Introdução

Este trabalho surge como um desdobramento de estudos desenvolvidos durante dois anos e meio, na comunidade quilombola Colônia do Paiol, situada no município de Bias Fortes, na Zona da Mata Mineira; através das ações propostas pelo programa de extensão “Ecomuseu de Comunidades Negras da Zona da Mata Mineira: entre sabores e saberes”, do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Durante todo o período de participação neste programa, procuramos articular os diálogos propostos pelas disciplinas cursadas, com os aprendizados sustentados pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão. Buscando promover uma interdisciplinaridade entre Turismo e Geografia, incorporando observações, metodologias e relatos colhidos durante os trabalhos de campo, à pesquisa. Neste sentido, as discussões concernentes a este trabalho emergiram no decorrer da disciplina “Redes, atores e turismo”, no primeiro semestre de 2016.

Para que possamos melhor compreender os objetivos deste estudo, é preciso dizer que o referido programa de extensão, tem como premissa as conjecturas de Paulo Freire (1968), ao passo que busca desenvolver suas pesquisas a partir do atendimento (ou tentativa de atender) às demandas das comunidades que interagem dialogicamente nas ações de pesquisa e de extensão em execução.

¹ Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: barbara.fm.5@hotmail.com

Posto isto, Colônia do Paiol, enquanto comunidade negra tradicional – como a maioria das comunidades brasileiras desta natureza – sofre segregação e discriminação diversas. Este fato a posiciona em situação de vulnerabilidade, inclusive, em relação às possibilidades de trabalho digno, que gere renda para a manutenção das famílias e melhor qualidade de vida do grupo.

Em pesquisas anteriores² analisamos o Turismo de Base Comunitária como uma alternativa de trabalho para a comunidade, observando suas maiores dificuldades e suas riquezas culturais. Neste sentido, agora buscamos compreender em que medida as redes sociais em que Colônia do Paiol está inserida podem funcionar como uma ferramenta para o início de sua (re)organização territorial, criando alternativas de trabalho e geração de renda, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida local, através da salvaguarda, promoção e valorização das manifestações e práticas culturais, enquanto patrimônio cultural e imaterial do próprio grupo.

Uma vez que a construção deste artigo se deu no âmbito da extensão universitária, utilizamos como métodos: trabalhos de campo com observação participante, aplicando metodologias participativas – sobretudo o mapa narrado que é uma ferramenta do Diagnóstico Rápido Participativo³ (FARIA e NETO, 2006) – além de reuniões com a Associação Quilombola Colônia do Paiol (AQUIPAIOL) e rodas de conversa, a fim de colhermos relatos orais por meio do protagonismo dos moradores locais.

Respaldando-nos com o que defende o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, sobre a salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, promovemos um diálogo entre ações de campo e as revisões bibliográficas propostas. Em uma tentativa de praticar a comunicação ora defendida por Paulo Freire (1983), buscamos arquitetar uma

²Colônia do Paiol e Turismo de Base Local: Territórios e Conflitos. Artigo apresentado e publicado nos anais do I Seminário de Turismo e Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, maio de 2016. ISBN: 978-85-7004-341-2.

³Trata-se de um desenho representativo do espaço ou território que está sendo objeto de reflexão. Pode ser um bairro, uma comunidade, um município, um país, uma universidade, entre outros. É uma ferramenta que permite discutir diversos aspectos da realidade de forma ampla, sendo muito utilizada como técnica exploratória, no início de um diagnóstico. Normalmente, é desenhado no chão, num pátio amplo ou mesmo em um terreiro de barro. Os elementos que formarão o mapa são representações dos componentes daquele espaço em análise e que são destacados pelo grupo na discussão. Pode ser uma escola, um rio, uma caixa d'água, uma estrada, entre outros. As discussões acontecem por ocasião da localização do que existe naquele lugar. Assim como todas as outras ferramentas que serão aqui apresentadas, o mapa é construído com elementos móveis disponíveis no local e/ou disponibilizados pela moderação. Barbante, folhas, pedras, fitas coloridas são alguns dos recursos utilizados para representar os componentes da realidade. Essa mobilidade permite que as modificações possam ser feitas a qualquer momento, sem prejudicar a visualização do diagrama por parte do grupo. (FARIA e NETO, 2006, p.25)

pesquisa-ação; a qual tem se tornado forte alicerce dos programas de extensão; sendo esse um processo de construção do conhecimento - simultâneo à análise de problemas reais, suas possíveis soluções e transformações viáveis a comunidades (THIOLLENT, 2006).

Desta forma, para compor este artigo abordamos as questões que envolvem o patrimônio cultural imaterial no Brasil; apresentamos a comunidade Colônia do Paiol que é nosso objeto de estudo; observamos as nuances que circundam as formações de redes – principalmente as redes sociais – destacando as interseções entre os autores que discutem o assunto e as propostas de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial apresentadas pelo IPHAN; e, finalmente, tentamos convergir tais teorias à realidade de Colônia, a fim de apresentar alternativas e possibilidades de novas formas de trabalho para o grupo.

Portanto, a vulnerabilidade socioeconômica e cultural de Colônia do Paiol somada ao sonho de receberem visitantes, nos permite analisar o turismo endógeno⁴ e a construção de redes internas e externas, como ferramentas de empoderamento, (re)organização do território, autoreconhecimento e valorização de sua própria cultura.

1. Afinal, o que é Patrimônio Imaterial?

“Esses jongos, violas, círios e ofícios são bens culturais vivos e mantidos pelas pessoas que os praticam. Preservá-los é valorizar seu conhecimento e ação. A salvaguarda desses bens está, portanto, orientada para a valorização do ser humano e para a melhoria das condições sociais, culturais e ambientais que permitem sua existência e permanência” (IPHAN, 2003-2010)

A palavra “patrimônio” vem do latim “*patrimonium*” que, de acordo com o Dicionário Etimológico⁵, significa “herança familiar” ou *pater* (pai) “o patriarca”. Ao relacionarmos tal definição com o que propõe o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁶,

⁴O turismo endógeno, assim como o desenvolvimento endógeno, prevê o envolvimento e a articulação dos saberes e técnicas do grupo, comunidade e/ou sociedade em observação. Utilizando de características próprias para que as ações sejam organizadas e protagonizadas pelos atores internos, inseridos no contexto em análise. (SCÓTOLO e PANOSSO NETO, 2015, p. 45-46)

⁵ Disponível em: <http://www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/>. Acesso em: 30 de julho de 2016

⁶ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma instituição federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, além de garantir a utilização desses bens pela atual e futuras gerações. Disponível em:

notaremos que este denomina também como patrimônio todo o arcabouço histórico, artístico, paisagístico, cultural e arquitetônico *herdado* de outras gerações e que denotam características do contexto a que se referem e/ou em que foram constituídos.

Ainda sob a perspectiva do IPHAN (2006), anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, no Brasil, eram considerados patrimônios apenas bens tangíveis. Ou seja, apenas bens materiais eram oficialmente reconhecidos como patrimônio da nação, sem que as demais formas de manifestações, que muitas vezes remetiam ao mesmo período histórico-cultural, fossem levadas em conta.

A partir dos artigos 215 e 216 da Constituinte de 1988, estabeleceram-se como patrimônios do Brasil, bens materiais e imateriais. Desde então, os saberes, os ofícios, as celebrações, e tantas outras formas de manifestações culturais, tornaram-se reconhecidas como patrimônios imateriais brasileiros. Fato que, também de acordo com o IPHAN (2006), concorda com as definições da Convenção da UNESCO para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, ocorrida em 1º de março de 2006, que nos traz como patrimônio imaterial:

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais, que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (IPHAN, 2006)

Corroborando com a discussão, Gonçalves (2007) versa acerca das problemáticas que envolvem o patrimônio e as várias utilizações deste termo. Para o autor, patrimônio é percebido como ponte de categorias, tais como: passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos. Deste modo, se distingue de acordo com a forma com que o termo é utilizado - como propriedade, herança e/ou bens que se acumulam no decorrer da vida. Segundo o Antropólogo⁷ (que se ampara em um conceito de Marcel Mauss), é preciso entender o patrimônio como um fato social total⁸.

<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/11/iphan-e-responsavel-por-preservar-divulgar-e-fiscalizar-os-bens-culturais-brasileiros>. Acesso em: 19 de julho de 2016.

⁷ José Reginaldo Santos Gonçalves é professor da disciplina “Antropologia Cultural”, da graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁸ Fato social total transita entre os fenômenos, tendo como base o fato social proposto por Emile Durkheim (objeto a ser estudado). Mauss busca transcender o positivismo levando em consideração o aspecto simbólico. Nos fatos sociais totais se colocam os fenômenos que interagem com o sujeito tais como, religioso, jurídico, econômicos, os fenômenos estéticos e morfológicos; enfim, toda a vida social se mistura e está presente ali.

Ao se tornar claro que o patrimônio se difere de propriedade, se torna também axiomático que o patrimônio é uma construção de cada segmento social, que busca articular e expressar sua identidade e a sua memória e, deste modo, ser um canal entre categorias como mencionado por Gonçalves (2007).

Em consonância com esta discussão, Carla Bertrand Cabral (2011) argumenta que patrimônio material e imaterial se diferenciam, principalmente, no que concerne à salvaguarda do segundo, uma vez que esta deve ser concebida de modo público, com a contribuição de especialistas de diversas áreas do conhecimento. Um ponto salutar é que toda a valorização e ascensão do patrimônio imaterial devem ser realizadas pelos detentores do mesmo. Deve emergir do anseio comum de que ele seja ponte da memória, história e identidade para esta e para futuras gerações.

As conclusões de Cabral (2011) baseadas na convenção da UNESCO, que narram que a preservação do patrimônio intangível deve fluir do desejo comum de seus promotores e/ou detentores, são similares ao conceito de ressonância adotado por Gonçalves (2007). Para o autor, o patrimônio imaterial precisa ressoar para que tenha legitimidade; quer dizer, sair do meio em que ele está e atingir outros atores que também o infere como sendo algo valioso e de preservação ponderosa.

De acordo com o Presidente da comissão Portuguesa da UNESCO, Fernando Andresen Guimarães:

O Patrimônio Cultural imaterial é assunto que diz respeito a todos nós enquanto membros de grupos, de comunidades, de nações cuja memória e identidade, fundada no passado e continuamente recriada, constitui pedra angular do presente. Participar de sua salvaguarda, mais do que um dever, constitui um ato de cidadania que nos permite intervir ativamente na construção do futuro. (GUIMARÃES,2011)

Percepções que, mais uma vez, dialogam com as proposições de Cabral (2011) ao referir-se ao patrimônio imaterial como práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões. Acrescentando:

Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, de sua interação com a natureza e sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e criatividade humana. (CABRAL,2011)

Percebemos, portanto, que o patrimônio imaterial transcende o que as coisas palpáveis podem exprimir. Ele deve aflorar o que é de domínio do grupo em questão e, como fato social total, integrar as instâncias sociais, econômicas e, sobretudo, culturais. Remetendo-nos ainda às proposições de Paulo Freire (1996) quando este nos traz que o reconhecimento do valor do

fenômeno de salvaguarda e as transformações que podem emergir deste fenômeno, não somente fortalecem a identidade de uma comunidade, mas, também são formas de se resguardar a autonomia de um grupo social.

2. Colônia do Paiol: história, estórias e manifestações culturais

3.1 – Constituição do quilombo Colônia do Paiol

“Terras de negros” ou “comunidades negras rurais” - de acordo com Arruti (2005), essas eram as denominações atribuídas às comunidades que, atualmente, conhecemos por remanescentes quilombolas. Ainda de acordo com este autor, os quilombos se formaram, principalmente, no período da escravidão no Brasil e se disseminaram para além do meio rural, interpenetrando áreas urbanas periféricas e/ou formando bairros em torno de terreiros de candomblé (ARRUTI, 2005, p.26).

A Zona da Mata mineira vivenciou forte presença negra na sua população, especialmente após a queda da mineração no Estado de Minas Gerais, quando a região passou a funcionar como um “entrepasto” de comercialização de escravos oriundos da mineração para a economia cafeeira do Vale do Paraíba fluminense, e, posteriormente, com a chegada da economia cafeeira escravista na própria região. As bacias dos rios Carangola, Muriaé, Pomba e Paraibuna (todos afluentes da margem esquerda do rio Paraíba do Sul), passaram a ser ocupadas por populações negras que formavam quilombos e que se socializavam nos meios urbanos e rurais a partir de referenciais culturais próprios. O patrimônio cultural e ambiental apresenta-se na atualidade de diversas formas: de manifestações de cantos e danças às culinárias locais/regionais, do conhecimento etnobotânico às formas de relação homem e natureza, das formas de construção arquitetônicas ao trabalho coletivo em mutirões e “troca-dias”. (MOREIRA e CARNEIRO, 2016, p.08)

Colônia do Paiol é uma comunidade quilombola, constituída em meados do século XIX, situada na Zona da Mata, no município de Bias Fortes em Minas Gerais. Como bem demonstram Moreira e Carneiro (2016), alguns redutos remanescentes quilombolas se formaram no decorrer do ciclo do café e Colônia do Paiol é um deles.

O quilombo do Paiol se formou a partir da doação de terras por parte do fazendeiro José Ribeiro Nunes a nove de seus escravos forros, através de um testamento que teve seu registro iniciado em 1890 e finalizado em 1891(SILVA, 2005, p.37). Vale ressaltar que, de acordo com Silva (2005), a cidade de Bias Fortes, onde Colônia está localizada, também é de origem quilombola, sendo fundada como um arraial denominado “Quilombo”, à época distrito de Barbacena em Minas Gerais.

Até que Silva (2005) desse início às suas pesquisas sobre Colônia do Paiol, a posse daquele terreno e as histórias (e estórias) que o ato de sua doação envolve, estavam totalmente

atreladas a relatos orais e geracionais. Devido à vulnerabilidade em que a comunidade estava (e ainda está) imersa, - tanto por sua condição social e cultural, quanto pela ausência de algo que legitimasse a posse daquele terreno – atualmente, ocupam um território 90% menor do que aquele que lhes foi concedido. Fato este, que só pôde ser confirmado por meio do testamento do fazendeiro José Ribeiro Nunes, a nove de seus ex-escravos, que foi encontrado por Silva (2005), na Comarca de Barbacena.

As perdas territoriais sofridas por Colônia do Paiol se tangenciam às tomadas de terras de maneira ilegal e violenta, por parte de fazendeiros vizinhos e/ou forasteiros que, muitas vezes, ofereciam um pouco de alimento ou de qualquer subproduto (como por exemplo, bebidas alcoólicas ou fumo), em troca de um pedaço de terra; ou o faziam, utilizando o corriqueiro método do “afastamento de cercas”⁹. Fatos que até hoje são confirmados pelos moradores do local, em relatos colhidos durante nossos trabalhos de campo.

A Fundação Cultural Palmares¹⁰ é quem reconhece legalmente e certifica uma comunidade como remanescente quilombola, a partir de seu autorreconhecimento, visando à preservação, promoção e valorização da cultura afro-brasileira, além de dar acesso aos programas sociais do Governo Federal. Colônia do Paiol obteve sua certificação em 2005 e, desde então, transita por um processo de transformação, buscando melhor compreender seus direitos e as forma de garanti-los, enquanto uma comunidade tradicional determinante na história de formação do país.

Ao passo que a Fundação Palmares reconhece as práticas culturais destes grupos, quem regulamenta e demarca o território - que por direito, lhes pertence - é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). E, neste sentido, Colônia do Paiol se insere em um conflito interno e externo no que tange à demarcação de seu território, devido à fragilidade de suas fronteiras físicas e simbólicas em relação aos fazendeiros do entorno, responsáveis pela ilegal tomada de terras. Maria José, moradora e professora da comunidade, expressa esta angústia de uma forma muito clara, ao nos dizer (no decorrer de uma das nossas visitas) que “é

⁹Consiste no ato de tomar certo pedaço de terra, sem consentimento por parte do detentor da mesma, de maneira a afastar a cerca para dentro do território vizinho, com o intuito de aumentar a porção territorial que pertence a quem executa tal ato.

¹⁰Instituição pública, fundada em 1988 pelo Governo Federal. Atrelada ao Ministério da Cultura, a Fundação Palmares é responsável pela promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em: 24 de setembro de 2016.

melhor abrir mão de um pedaço de terra, do que nossas crianças correrem risco de tomar “tiro no peito”, junto com a gente”.

O Paiol é hoje constituído por cerca de 150 famílias que se distribuem, de forma cada vez mais limitada, no território que ainda lhes pertence. A comunidade não sofre apenas segregação espacial. A discriminação política e social também são recorrentes. Relatos colhidos em campo nos trazem que o grupo só é procurado pelo poder público em período eleitoral; outro exemplo é a precarização do acesso à saúde pública: de acordo com diversos moradores, apesar de terem um posto de atendimento dentro da comunidade, o médico comparece apenas uma vez por mês, com o limite de dez atendimentos neste único dia e, até as últimas eleições, este médico era o prefeito de Bias Fortes. Ainda que Colônia possua uma escola, que atende crianças até o quinto ano do ensino fundamental, também o processo educacional é prejudicado pelos preconceitos sofridos. Toda sorte de desrespeito é enfrentada tanto pelas crianças na escola local, quanto pelos jovens que ao concluírem os estudos no Paiol, precisam estudar no colégio de Bias Fortes.

Neste contexto, a Associação de Colônia tem tido papel fundamental. Se por um lado a discriminação sofrida fere a dignidade do grupo, por outro é utilizada como ferramenta de resistência e empoderamento. Além dos festejos religiosos, comemoram também o Dia da Consciência Negra de maneira bastante pedagógica, em que a AQUIPAOL organiza ações que debatem o tema, trazendo à tona possibilidades de soluções para os conflitos vivenciados cotidianamente. E, através da ponte de diálogo formada pela UFJF com as escolas da comunidade e de Bias Fortes, esta programação passou a ser incluída também no calendário letivo. Desta ação tem-se alcançado, aos poucos, melhor relacionamento entre crianças e jovens do Paiol e da cidade e, também, com as instituições de ensino. Desde então, o Dia da Consciência Negra é celebrado com a “missa afro”, desfile da beleza negra, apresentações de Congada e Maculelê e rodas de conversa.

2.2 – Do fogão à lenha à congada

“Bater congada é mais do que cantar e dançar. É contar a história de luta do povo negro”. É assim que o Sr. Paulo Marinho, morador de Colônia do Paiol, inicia sua fala antes de dar o comando para que os meninos da comunidade começassem a se apresentar, durante uma

das celebrações assistidas em um de nossos trabalhos de campo. É mister ressaltar, que este senhor é um dos grandes incentivadores da salvaguarda da memória cultural da comunidade, tornando-se o responsável por transmitir aos mais jovens os cantos e as danças que envolvem a Congada do Paiol.

Carla Águas (2012), ao fazer inferência aos festejos de Colônia do Paiol, destaca que estes são marcos de reencontros entre os membros da comunidade que permanecem em seu território e aqueles que migram para outras cidades, em busca de melhores condições de vida¹¹. Entre as manifestações listadas pela autora como as principais, estão: o calango, o jongo ou caxambu, a congada e o maculelê. Águas (2012) destaca que o grupo transita por um processo de perda e incorporação de manifestações culturais, e cita como exemplo o bumba-meu-boi que se extinguiu e o maculelê que foi incorporado pela comunidade, e que é advindo da Bahia¹².

No decorrer de dois anos e meio de idas a campo, percebemos que entre as manifestações culturais mencionadas por Águas (2012), algumas passaram por um processo de transformação. De acordo com Silva (2005) e com relatos de alguns membros da comunidade, o jongo, por exemplo, antigamente, era cantado como comemoração às boas colheitas que eram realizadas em forma de mutirões¹³. Atualmente, tanto o jongo quanto a congada, são relacionadas às celebrações religiosas de Colônia. O que nos faz remeter ao que propôs Gonçalves (2007), ao tratar do patrimônio como uma ponte entre passado e presente.

Para falar das manifestações culturais de um quilombo e, neste caso, especialmente de Colônia do Paiol, é indispensável observarmos as nuances em que, principalmente, a Congada está imersa. Baseando-nos na fala inicial do Sr. Paulo Marinho, podemos perceber que a Congada para o grupo é, hoje, mais do que um festejo religioso e vai muito além de um folclore.

¹¹ Um fato sobre Colônia do Paiol, mencionado tanto por Silva (2005) quanto por Águas (2012) e confirmado atualmente por relatos colhidos em trabalhos de campo, é que a comunidade sofre diversos tipos de discriminação e segregação. Entre as quais, além da baixa qualidade do sistema educacional, há uma grande escassez de emprego para os moradores locais. O que contribui para que ocorra forte migração, principalmente para Juiz de Fora e Barbacena, em busca de melhor qualidade de vida.

¹² Um fato relevante sobre esta incorporação são os relatos da moradora e professora da comunidade, Maria José, que conta que seu avô sempre dizia que seus antepassados vieram de terras baianas.

¹³Antigamente, os mutirões eram realizados na época de plantio e colheita, entre os membros do Paiol. Na dissertação (SILVA, 2005,p.325), inclusive, é relatado que à época, cantava-se e dançava-se o jongo em comemoração à uma boa safra. Na atualidade eles ocorrem através de um intermediador que faz contato com fazendeiros, principalmente de outros estados, seleciona um número de trabalhadores e os leva para roçar no local combinado. Em “Passeio dos quilombolas”, constam narrativas de mutirões que duram até 30 dias. Mas, pela perspectiva das famílias, o dinheiro recebido ao final do trabalho compensa os dias longe de casa (SILVA, 2005, p.327). (MOREIRA, 2014, p.5)

Apesar de estar vinculada à imagem de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros e de Colônia, os cantos de congada, são cantos de lamento. E manter viva esta tradição, transmitindo-as para as novas gerações e apresentando-as para aqueles que não a conhecem ou conhecem pouco, é uma forma de resistência, que reforça a identidade de um grupo. Podemos aqui, retomar o que Cabral (2011) expõe ao discorrer sobre o patrimônio imaterial, ao mencionar o sentimento de continuidade e de identificação entre uma comunidade (por exemplo) com a replicação de suas práticas e costumes entre gerações.

São estas percepções que nos levam a ponderar sobre a importância da salvaguarda dos saberes e fazeres de Colônia do Paiol. Saberes estes que estão sempre acompanhados de um sabor peculiar pois, as riquezas deste povo não se restringem somente aos seus folguedos. Na cozinha, à beira do fogão à lenha, foi onde pudemos colher os principais relatos sobre a vida naquele lugar.

É preciso destacar que, atualmente, inclusive as crianças moradoras do Paiol começam a reconhecer os valores de sua cultura. Ao aplicarmos a metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo, através do mapa narrado, isso pôde ser visualizado pelo brilho no olhar de cada uma, ao contarem o que sabiam sobre o seu território, suas danças, cantos e sobre quanto gostariam que outras pessoas, pudessem conhecer todas estas riquezas, que permeiam a história da vida de cada uma delas e, ao mesmo tempo, embasam o início da história de um país.

3. Colônia do Paiol, patrimônio imaterial e redes

Como explicitado no início deste artigo, buscamos vislumbrar as possibilidades de formação de redes internas e externas, a partir das manifestações culturais de Colônia do Paiol – enquanto um patrimônio imaterial da comunidade – a fim de analisar as alternativas de articulação destas redes em prol de uma (re)organização do grupo, tendo em vista um desenvolvimento endógeno, geração de renda e melhoria da qualidade de vida local.

Portanto, para prosseguirmos em discussão, faz-se necessário imergirmos em alguns conceitos e questões que envolvem as redes, como forma de relacionamento e trabalho, para que possamos abranger o debate.

4.1 – Sobre as redes, sua formação e desdobramentos

As redes são, de forma simplista, um conjunto de nós que são interconectados, e nós são pontos onde as curvas se entrecortam, segundo Castells (2000, p. 498). Alguns objetos que utilizamos no dia-a-dia são redes, como a de pesca e a de dormir. Scherer-Warren (2006) afirma que a palavra rede tornou-se cada vez mais utilizada na ciência moderna para vários campos de conhecimento, pois permite a visualização correta de uma série de fenômenos.

Existem, ainda, diversos tipos de redes. Podemos citar as redes técnicas, redes sociais, redes organizacionais, redes turísticas, redes institucionais e muitas outras. As redes se formam, muitas vezes, de acordo com necessidades. A formação de redes mudou a forma como enxergamos e executamos as coisas. Pensemos, por exemplo, na internet - uma rede de computadores autônomos interconectados (GARRIDO, 2001).

As redes apresentam características que vão de acordo com sua formação. Entretanto, podemos afirmar que as redes têm, entre si, pontos em comum, que as caracterizam, de forma mais completa. Scherer-Warren (2006) defende que os agrupamentos e formas organizacionais são entendidos, na sociedade contemporânea, pelos seus vínculos, pelo que os une, pelas suas redes.

Segundo Flecha (2010) a formação de redes representa um importante papel para a identidade regional, por exemplo, refletindo o sistema cultural, símbolos, valores e aspirações dos habitantes e da região. Logo, como citado no parágrafo anterior, o agrupamento é entendido pelos seus vínculos.

Ainda de acordo com Flecha (2010), as redes precisam ser vivas e funcionais:

Os atores da rede precisam identificar pontos de interesse comuns e ações concretas que possam ser realizadas, trazendo benefícios para cada um dos participantes; caso contrário corre-se o risco de se criar uma rede sem vida. Sem haver troca de informação, compartilhamento de experiências, aprendizado conjunto ou ação coletiva, a rede se enfraquece e sua existência perde a razão de ser (FLECHA, 2010, p. 66).

Importante destacar as redes do ponto de vista sociopolítico, uma vez que elas se referem a indivíduos, sujeitos, atores coletivos, projetos sociais ou de mudanças. Logo, ela tem afinidade total com a investigação do presente artigo (SCHERER-WARREN, 2006). Dentro deste ponto de vista, destacamos as redes sociais.

As redes sociais se referem a uma comunidade de sentido, “isto é, com relações mais ou menos continuadas, com afinidades/identificações entre os membros ou objetivos comuns em torno de uma causa, no interior de um grupo circunscrito ou de uma comunidade” (SCHERER-

WARREN, 2006, p. 327). Como exemplo, podemos citar as redes de amizade, parentesco e redes comunitárias variadas, como a comunidade de Colônia do Paiol.

4.2 – Colônia do Paiol em rede

De acordo com o exposto no item anterior, podemos perceber as diversas possibilidades de formação de redes. Ao retomarmos tudo o que foi demonstrado no decorrer deste texto, levando em consideração as questões que envolvem o patrimônio cultural e imaterial, as premissas de salvaguarda, o processo de reconhecimento deste tipo de patrimônio por órgãos oficiais; contextualizando tais fatores à realidade vivenciada em Colônia do Paiol, perceberemos que a comunidade não só obtém nas redes uma oportunidade de desenvolvimento, como também se porta como uma rede, em que seus membros são seus atores principais.

Se, sob a perspectiva de Scherer-Warren (2006) uma rede se forma pelo vínculo entre seus atores que, por sua vez são sujeitos coletivos e que, neste sentido, trabalham e se articulam por uma causa em comum; sabendo das condições sob as quais Colônia do Paiol apresenta suas manifestações culturais, com a personificação de sua resistência através da Congada; sem nos esquecermos da transmissão de valores, costumes e histórias entre gerações; lembrando dos festejos como momentos de reencontros entre aqueles que permanecem e os que vão viver fora de seu território (observando “o ir e vir” de informações no decorrer deste processo), é inegável a existência e a complexidade das relações existentes dentro de Colônia, quando ponderadas sob a ótica das redes.

Além disto, uma vez que Colônia do Paiol enseja por receber visitantes, a fim de criarem alternativas para um desenvolvimento endógeno, para a melhoria da qualidade de vida com a geração de renda; se o grupo prospectar seus potenciais, por meio da valorização, salvaguarda e promoção de suas manifestações culturais, fortalecendo-as enquanto patrimônio imaterial local, poderiam alcançar sua (re)organização interna, tanto como grupo social, quanto como uma rede comunitária. Como bem pontua Flecha (2010), é somente através deste intercâmbio de saberes, do aprendizado em conjunto e da democratização de informações, que se pode constituir uma rede verdadeiramente forte.

E, em Colônia do Paiol, este intercâmbio de saberes vem sendo fomentado pelo diálogo entre a Associação AQUIPAOL e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que permite a consolidação de outros meios de trocas de conhecimento. Como, por exemplo, a participação

em quatro edições do “Kizomba Namata – Encontro de Comunidades Quilombolas da Zona da Mata Mineira” – realizado por nosso programa de extensão entre os anos de 2012 e 2014, em que tivemos como principal objetivo a construção de um espaço de diálogo entre as comunidades sobre os processos de reconhecimento, certificação e demarcação de territórios quilombolas.

Estes eventos tiveram total influência na formação da rede de contatos de Colônia do Paiol, devido à aproximação com outros grupos com causas e demandas afins; o fomento à outras pesquisas que atualmente acontecem dentro da comunidade por parte de outros núcleos da UFJF; a presença do grupo com maior frequência dentro da Universidade de Juiz de Fora – inclusive, com uma de suas moradoras ministrando a aula inaugural do curso de extensão “Diálogo entre escolas e saberes tradicionais: quilombolas, camponeses e indígenas”, promovido em parceria do referido Programa de Extensão com a Superintendência Regional de Educação.

Ainda sobre a intensificação da presença dos moradores de Colônia na UFJF, é preciso destacar que fomos agraciados com a participação de duas dessas moradoras durante a apresentação de um artigo¹⁴ no V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários (realizado no Instituto de Ciências Humanas da Universidade, no ano de 2015). Nesta oportunidade, ao fazerem suas considerações sobre o diálogo entre a comunidade e o Programa de Extensão dos Ecomuseus da Zona da Mata Mineira, uma delas nos trouxe a seguinte fala: *“antes do ecomuseu chegar em Colônia, a gente achava que não podia nada. Porque a gente sempre ouviu que ‘preto de Colônia não pode nada, que preto de Colônia é vagabundo’. Hoje a gente sabe que a gente pode sim. Hoje a gente sabe que a gente tem direito. A gente sabe que a gente pode estudar, porque a Angela e a Zezé estudaram e hoje são professoras da nossa própria comunidade. Então, só depois do ecomuseu ter ido lá pra Colônia é que a gente começou a ver isso”*.

Além do contato com profissionais e estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), do Centro de Tecnologias Alternativas (CTA)¹⁵ e da Organização Cooperativa

¹⁴ Ecomuseu da Comunidade de Colônia do Paiol: território, identidade e memória. Autores: Guilherme Goretti Rodrigues e Bárbara Fernandes Moreira. V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários – Juiz de Fora, 15 de outubro de 2015.

¹⁵ O Centro de Tecnologia Alternativa vem trabalhando com os/as agricultores/as familiares através da prestação de serviços de assistência técnica baseada nos princípios agroecológicos e práticas sustentáveis que conservam os

Agroecológica (OCA)¹⁶ – participando também de duas edições da “Troca de Saberes” por eles promovida durante a “Semana do Fazendeiro” dentro da UFV.

O CTA e a OCA foram de suma importância, além disso, para o fomento do debate acerca da produção agroecológica, sensibilizando os membros do grupo para a valorização das produções alimentícias, advindas de seus quintais. Sobretudo tentando demonstrar a relação entre a qualidade do que é produzido, as possibilidades de geração de renda através deste tipo de cultivo e, concomitantemente, a melhoria da qualidade de vida – tanto no que diz respeito à uma alimentação mais saudável, quanto a alternativas de trabalho para a comunidade. Nesta perspectiva, transversalmente, a AQUIPAOL também dialoga com a EMATER Juiz de Fora, vislumbrando maior respaldo técnico para a organização e comercialização dos produtos colhidos em seus quintais.

Por meio da construção desta grande rede, proporcionamos a realização de oficinas, reuniões e rodas de conversa, com o intuito de também incentivarmos o protagonismo, autorreconhecimento e empoderamento – utilizando estes momentos como ferramentas para o início da (re)organização da comunidade. Portanto, retomando ao que nos expõem Scherer-Warren (2006) e Flecha (2010), podemos considerar que a AQUIPAOL – enquanto ponte de contato entre a comunidade e os referidos agentes externos – se porta como um vetor de organização de uma rede interna de troca de saberes.

Além disto, Colônia do Paiol está inserida na Rede de Saberes dos Povos Quilombolas da Zona da Mata (Sapoqui) que, de acordo com Marques (2016), começou a ser constituída durante uma reunião setorial do Fórum Mineiro de Entidades Negras (FOMENE), no ano de 2015 e que, atualmente, está composta por: membros das comunidades quilombolas de Córrego do Meio, Namastê (Ubá), Colônia do Paiol (Bias Fortes), Ganga Zumba (Ponte Nova), Botafogo (Tabuleiro), Ivaí (Patrocínio de Muriaé), Buieieí (Viçosa), entre outras. Também, membros das Universidades Federal de Viçosa (UFV) e Juiz de Fora (UFJF), da Universidade

recursos naturais desde 1992. Para isso vem estabelecendo parcerias e acessando programas junto aos ministérios do MMA, MDA e agências de cooperação nacionais e internacionais e com isso tem conseguido melhorar as habilidades e capacidades técnicas e gerenciais das famílias de agricultores/as familiares. Disponível em: http://www.ctamt.org.br/paginas/o_que_e . Acesso em: 18 de janeiro de 2017.

¹⁶Cooperativa localizada em Viçosa, fruto da articulação entre vários grupos e redes de agroecologia da região, a OCA já desenvolve projetos ligados a agroecologia e fortalecimento e geração de renda em comunidades rurais e quilombolas da Zona da Mata [...] (MARQUES, 2016, p.59)

do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Carangola -, Escolas Família Agrícola (EFAs), EMATER (Ponte Nova, Juiz de Fora), Pastoral Afro, FOMENE, Igreja (Arquidiocese de Mariana e Paróquias locais), ONGs (p. ex. CTA), cooperativas (OCA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragens(MAB), Fórum de Igualdade Racial, poderes públicos locais, assistentes sociais, sindicatos, entre outros (p. 57-58).

Ainda sob a perspectiva deste autor, a Rede Sapoqui tem entre seus objetivos:

articular as demandas das comunidades quilombolas da região; contribuir para o diálogo na busca por soluções e alternativas a estas demandas; contribuir na formação das comunidades e parceiros em torno da temática e no acesso a políticas públicas, principalmente ao território; construir estudos que contribuam para o desenvolvimento de ações nas comunidades; mapear as comunidades quilombolas existentes na Mata mineira; entre outros objetivos que se retroalimentem a partir de processos locais, micro e mesorregionais. (MARQUES, 2016, p.57)

Sabemos, portanto, que Colônia do Paiol se encontra em um processo simultâneo de participação e construção de redes. Pretendemos que as reflexões a que nos propusemos e o brilho no olhar de cada criança que construiu conosco o mapa narrado do Paiol – demonstrando claramente que, inclusive elas, também percebem o valor de suas expressões culturais – funcionem como mais um degrau no fortalecimento de uma rede interna que, aos poucos, vem sendo costurada pela AQUIPAOL.

Não podemos nos esquecer que a participação em uma rede como a Sapoqui, não somente diz respeito à construção de redes externas, mas, do contato com outras comunidades quilombolas, com causas e demandas afins, é que se reforça uma identidade e se alimenta o sentimento de pertença e, não obstante, também se propicia o fortalecimento de uma rede interna. Nos permitindo enxergar o que Scherer-Warren (2006) e Flecha (2010) nos dizem sobre as redes, e o que Gonçalves (2007) e Cabral (2011) defendem sobre o patrimônio imaterial.

No entanto, para que se possa construir uma rede externa capaz de fomentar todo este processo de valorização e salvaguarda de uma cultura, qualquer que seja ela, de antemão é preciso que o território, o grupo em questão, esteja organizado e trabalhando articuladamente. Do contrário, além de se obter uma rede enfraquecida, nem de longe poderemos falar de desenvolvimento endógeno.

4. Considerações Finais – nossos trabalhos não se encerram aqui

Com este artigo, tentamos cumprir a difícil missão de articular as reflexões sobre patrimônio cultural imaterial, formação de redes e a peculiar realidade de uma comunidade

quilombola que, não por acaso, resiste à uma gama de adversidades cotidianas. Seria imprudente e prepotente dizer que esta discussão nos permite uma única conclusão ou uma única solução às demandas do Paiol.

Por outro lado, isto sim, pudemos elucidar as possibilidades, que estão sendo construídas por um processo de relação mútua e recíproca - se não por todos os atores externos supramencionados, pelo menos por parte do Programa de Extensão “Ecomuseus de Comunidades Negras da Zona da Mata Mineira: entre sabores e saberes” –, de (re)organização e (re)configuração de Colônia do Paiol, no que tange à criação de alternativas de trabalho, com a indispensável geração de emprego e renda, através da maior forma de representação de sua identidade: suas manifestações culturais, enquanto patrimônio imaterial característico do grupo.

Como exposto anteriormente, este estudo surge como desdobramento de pesquisas anteriores em que analisamos o turismo de base comunitária como uma das alternativas de trabalho e geração de renda para Colônia. Nesta oportunidade, observamos o turismo enquanto um fenômeno sócio-espacial (FRATUCCI, 2014), como ferramenta para a (re)organização territorial. Não obstante, agora, tentamos subsidiar o que anteriormente fora analisado, convergindo os argumentos utilizados pelos autores e pelos órgãos oficiais sobre a formação das redes e do patrimônio cultural imaterial, sugerindo-os como vetores para atender às demandas locais, ora apresentadas.

No entanto, tanto a pesquisa anterior como a atual, mais geram questionamentos do que respostas, uma vez que se trata de uma comunidade de relações complexas. Pretendemos que tais questões sejam melhor compreendidas por meio de outras análises que serão realizadas no âmbito da pós-graduação. Contudo, restam-nos algumas reflexões: em que medida a autonomia de uma comunidade tradicional é amparada pelas instituições públicas? Qual o papel da Universidade no atendimento às demandas de determinada comunidade, observando a necessária contrapartida da pesquisa à sociedade que a financia, através do pagamento de altos impostos? Como o contato e a formação de uma forte rede social (externa) pode influenciar na constituição de fortes redes internas, que contribuam efetivamente na melhoria da qualidade de vida de uma comunidade? A partir da Constituição de 1988, em que medida o patrimônio cultural imaterial se torna realmente valorizado? Qual o tipo de patrimônio cultural realmente valorizamos? Sabendo dos impactos positivos e negativos advindos da atividade turística, será mesmo esta uma alternativa viável para Colônia do Paiol? Qual a relação entre a formação das

redes e do patrimônio cultural neste contexto? Como e quanto o diálogo entre turismo e geografia pode contribuir para as transformações sonhadas pelo povo do Paiol?

São muitos os questionamentos que nos motivam a dar continuidade à interação dialógica a que nos propusemos e que, quem sabe, só poderão ser respondidos pelo fortalecimento das redes em que Colônia está imersa e que aqui descrevemos. Talvez a comunicação defendida por Paulo Freire (1968) seja o caminho para encontrarmos estas respostas e promovermos novos debates e reflexões. Consideramos que enxergar e ponderar sobre nossas dúvidas é o primeiro passo para a (re)construção de novas soluções.

5. Referências Bibliográficas

ÁGUAS, C.L.P. **Quilombo em festa pós colonialismos e os caminhos da emancipação social**. Coimbra, : Universidade de Coimbra, 2012.

ARRUTI, J.M.P.A. **Mocambo Antropologia e História no Processo de Formação Quilombola**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CABRAL, Bertrand Cabral. **Patrimônio Cultural Imaterial: Convenção da UNESCO e seus Contextos**. 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=CM0uDAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=cabral+patrim%C3%B4nio+imaterial&ots=ZnhDFYHeiN&sig=jjTYp0fT3pKzUBVc4RRGjO6scs#v=onepage&q=cabral%20patrim%C3%B4nio%20imaterial&f=false>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

Centro de Tecnologia Alternativa – CTA. Disponível em: http://www.ctamt.org.br/paginas/o_que_e. Acesso em: 18 de janeiro de 2016.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. Disponível em: <http://www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/>. Acesso em: 31 de julho de 2016.

FARIA, A.A.C. NETO, P.S.F. **Ferramentas de Diálogo Qualificando o Uso das Técnicas de DRP Diagnóstico Rural Participativo**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2006.

FLECHA, A. C. **Alinhamento competitivo dos atores componentes de uma rede de turismo**. 2010. 270 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – UNIP – Universidade Paulista, São Paulo. 2010.

FRATUCCI, A.C. **Turismo e território: relações e complexidades**. Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v.14, supl.1, s.87- s.96, nov. 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, ED.8, 1968.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática Educativa** / Paulo Freire - São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GARRIDO, I. M. D. A. **Modelos multiorganizacionais no turismo: Cadeias, clusters e redes**. 2001. 126 f. Dissertação (Mestrado profissional em Administração) – Escola de Administração – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2001.

GONÇALVES, J.R.S. **Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios**. Rio de Janeiro, RJ: Coleção Museu, Memória e Cidadania, 2007.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. **Os Sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois**. Princípios, ações e resultados da política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Ministério da Cultura, Brasília. 2010.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: www.brasil.gov.br/cultura/2009/11/iphan-e-responsavel-por-preservar-divulgar-e-fiscalizar-os-bens-culturais-brasileiros. Acesso em 19 de julho de 2016.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conPatrimonioE.jsf>. Acesso em 31 de julho de 2016.

MARQUES, M.A. **OS PROCESSOS DO PROCESSO: (RE)APROPRIAÇÕES E (RE)SIGNIFICAÇÕES DOS DIREITOS PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CÓRREGO DO MEIO/MG**. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2016.

MAUSS, M. **O Livro da Sociologia**. As Grandes Ideias de Todos Os Tempos, 2011. Editora Globo.

MOREIRA, B. CARNEIRO, O, Leonardo. **Colônia do Paiol e Turismo de Base Local: Territórios e Conflitos**. Anais I Semniário Nacional de Turismo e Cultura, p. 32 – 47, Rio de Janeiro, 2016.

Núcleo de Pesquisa, Geografia, Espaço e Ação – NUGEA. Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/eventos/i-kizomba-namata/> . Acesso em: 21 de janeiro de 2017.

SCHERER-WARREN, I. **Redes sociais e de movimento**. Sociedade e Estado. Vol 21. N1. P. 323-332. Brasília, 2006.

SCÓTOLO, D. PANOSSO NETO, A. **Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local**. Cultur Revista de Cultura e Turismo, Ilhéus, Universidade Estadual de Santa Cruz, nº 01, Fevereiro, 2015.

SILVA, D.A. **O passeio dos quilombolas e formação do quilombo urbano**. São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

THIOLLENT, M. **A inserção da pesquisa-ação no contexto da extensão universitária.** Instituto Luiz Alberto Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.